



Capiberibe aponta riscos da soja transgênica

Introduzida no Brasil de forma clandestina, soja transgênica ameaça a biodiversidade e as exportações, pois o mercado europeu exige a soja convencional. A advertência foi feita em Plenário por João Capiberibe, que também chama atenção para interesses econômicos estrangeiros envolvidos no estímulo ao plantio de transgênicos.

Página 8



CONGRESSO
NACIONAL
180 ANOS

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.807 - Brasília, sexta-feira, 17 de outubro de 2003

REFORMAS



REIVINDICAÇÃO Jucá ouve dos empresários apelo em favor da desoneração dos bens de capital

PSDB apresenta proposta alternativa na próxima semana

PT deverá apoiar "emenda paralela" da Previdência

Relator manterá a Cofins sobre os bens importados

■ Relatório a ser entregue quarta-feira não deve prever Desvinculação de Receitas dos Estados

Ao contrário do que deseja parte do empresariado, o relator da reforma tributária, Romero Jucá, anunciou ontem que manterá em

seu parecer a cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados. O senador informou também que não incluirá nas mudanças a Desvinculação de Receitas dos Estados (DRE), reivindicada por governadores e pelo PFL.

Páginas 4 a 6



SABATINA Suplicy entre os diplomatas Sérgio Barcellos e Carlos Alberto Simas

Comissão aprova indicações para a Tunísia e o Marrocos

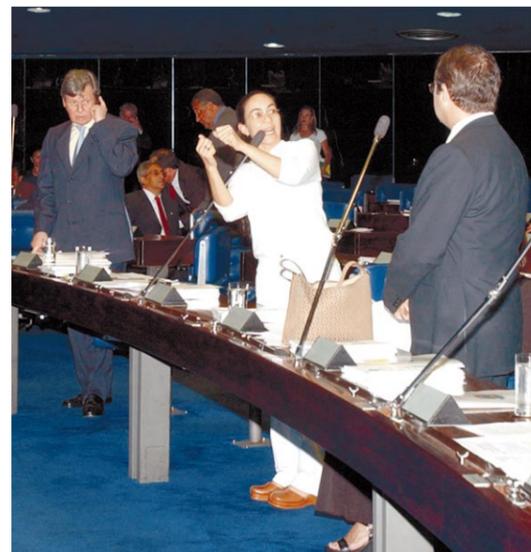
Os nomes indicados pelo Planalto para as embaixadas brasileiras na Tunísia e Marrocos foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores.

Página 6

Redução do orçamento para a saúde preocupa senadores

A senadora Heloísa Helena e o senador Eduardo Azeredo protestaram ontem em Plenário contra a decisão do governo federal de considerar como verbas para a saúde os recursos orçamentários destinados ao Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza. A medida, alertaram, significará R\$ 3,57 bilhões a menos para o setor.

Página 7



EXIGÊNCIA Heloísa cobrou o cumprimento da lei

Zambiasi elogia campanha em defesa da criança

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) homenageou ontem, em Plenário, a campanha em prol da infância que a Rede Brasil Sul (RBS) – rede de comunicações do sul do país – está desenvolvendo em suas emissoras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Sob o título "O Amor é a Melhor Herança. Cuide das Crianças", a rede, que conta com emissoras de rádio e televisão, jornais e página na Internet, está divulgando anúncios e mensagens destinados a combater a violência que atinge esse segmento da população.



Zambiasi destacou iniciativa da Rede Brasil Sul (RBS)

– O que se pretende é mobilizar a sociedade no sentido de uma mudança comportamental em relação a crianças e adolescentes desprotegidos – disse Zambiasi em seu discurso.

De acordo com o senador, o objetivo da proposta editorial da RBS é levar ao público exemplos construtivos de educação, fundamentados no amor e na responsabilidade; destacar experiências positivas de resgate de crianças em situação de risco; valorizar a rede de atendimento existente nos dois estados; apontar soluções para os problemas que atingem a infância; e levar ao conhecimento das autoridades casos de maus-tratos e negligência.

O senador lembrou os 13 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e também a atuação do Congresso na defesa dos direitos da infância.

Empresário denuncia construtora por fraude

CPI do Banestado ouve em São Paulo representante de empresa e ex-diretores do BC

O empresário Sérgio Lima Santoro, representante da empresa Planicampo Terraplanagem, confirmou ontem, em depoimento à CPI do Banestado, que emitiu notas fiscais no valor de R\$ 93 milhões em favor da Construtora Mendes Júnior por serviços que, de fato, não foram realizados. Segundo afirmou, a Mendes Júnior lhe pagou apenas 10% do valor. Ele disse ter ouvido dos ge-



ILEGALIDADE Testemunho confirma superfaturamento, afirma Antero Paes de Barros

rentes da construtora que a diferença, R\$ 83,7 milhões, seria destinada ao pagamento de propina ao então prefeito Paulo Maluf e a outros funcionários da prefeitura de São Paulo.

O dinheiro seria entregue a doleiros e remetido ao exterior.

– As informações de Sérgio Santoro confirmam as investigações do Ministério Público. Houve superfaturamento e remessa ilegal de recursos para o exterior – afirmou o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT).

A comissão também ouviu os economistas Daniel Gleiser e Demóstenes Madureira Pinho, ex-diretores do Banco Central, que fizeram exposições aos deputados e senadores sobre as razões que levaram o BC a aprovar resoluções que acabaram facilitando a saída de recursos através de contas CC-5, no período entre 1989 e 1998.

Demostenes critica declaração contra Nordeste

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) solidarizou-se ontem com todos os parlamentares da Região Nordeste ao repudiar declaração da prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), que atribuiu a "uma manobra dos nordestinos contra a cidade de São Paulo" o adiamento de empréstimo no valor de R\$ 493,80 milhões, decidido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Demostenes apoia o protesto dos senadores do NE

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse estar "estarecido" com a declaração de Marta Suplicy e enfatizou que não é possível rasgar a Lei de Responsabilidade Fiscal para atender a prefeita. Ney Suassuna (PMDB-PB) lembrou que é obrigação dos senadores zelar pelo interesse nacional.

Suplicy lê esclarecimento da prefeita

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem em Plenário os esclarecimentos prestados pela prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), aos senadores do PFL e do PSDB que repudiaram comentário sobre a Região Nordeste a ela atribuído. "Longe de mim confrontar os legítimos interesses de minha cidade com os pleitos encaminhados pelos senadores do Nordeste", declarou aos parlamentares que, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), votaram pelo adiamento de um empréstimo no valor de R\$ 493,80 milhões em favor do município de São Paulo.



Suplicy buscou reforçar respeito aos nordestinos

Na correspondência encaminhada aos senadores, Marta observou que, sendo São Paulo a maior cidade nordestina do país, devota o maior respeito aos irmãos do Nordeste, assim como aos parlamentares que os representam.

Agenda

Senado faz homenagem ao Dia do Médico

A sessão de hoje, com início previsto para as 9h, será não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Na hora do expediente, por

iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), será realizada homenagem pelo Dia do Médico, que é celebrado em 18 de outubro.

Cultura ao Meio-Dia apresenta filme

O projeto Cultura ao Meio-Dia exhibe hoje, às 12h, *O Agente Teen*. O filme conta a história de um garoto que, convocado para ser agente secreto, busca conciliar a responsabilidade do cargo com os problemas de um típico pré-adolescente. A sessão, no Auditório Petrônio Portella do Senado, é aberta ao público e tem entrada franca.



Segurança alimentar

Hoje, às 19h30, a TV Senado exhibe o programa *Cidadania*, que discute segurança alimentar com Eduardo Suplicy (PT-SP) e com o assessor especial da Presidência da República Oded Grajew. Às 20h30, Ramez Tebet (PMDB-MS) fala sobre transporte público no programa *Entrevista*.

Atendimento ao cidadão

O serviço *A Voz do Cidadão*, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população no telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece esse atendimento ao cidadão, por meio do *Disque Câmara*, no telefone 0800 619619.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sihessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Tribunais têm contas aprovadas

Por meio de três projetos de decreto legislativo, o Plenário do Senado aprovou ontem as contas relativas ao exercício de 2001 do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Eleitoral. Os três projetos analisados – PDLs nº 654, 655 e 656/2003 – foram relatados na Comissão Mista de Orçamento (CMO) pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), que emitiu parecer favorável à aprovação. As contas passaram antes pelo exame do Tribunal de Contas da União (TCU), que as aprovou com recomendações.

Alterado o nome da UniRio

O Senado aprovou ontem projeto alterando o nome da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio) para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, em atenção à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (PL nº 40/2003). Em seu parecer favorável, apresentado à Comissão de Educação (CE), o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) argumenta que a legislação federal exige que as universidades sediadas nas capitais dos estados, como é o caso da UniRio, localizada na cidade do Rio de Janeiro, tenham a designação de "federal" expressa em sua denominação oficial.

Norma sobre soda cáustica é rejeitada

O Plenário do Senado concordou com parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) emitido na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e rejeitou ontem projeto de lei da Câmara regulamentando a comercialização de soda cáustica sob a forma de hidróxido ou carbonato de sódio (PLC nº 42/2002). O parlamentar considerou o projeto redundante, já que, em sua opinião, a comercialização do produto está devidamente regulamentada. Em seu relatório, Mozarildo aconselha que "não se deve repetir inocuamente as leis, sob pena de dar azo a interpretações conflitantes".

Projeto que cria 269 varas do Trabalho vai à sanção

Novos órgãos devem aproximar ainda mais a Justiça do cidadão, afirma Ana Júlia Carepa, relatora da proposta

Os senadores aprovaram na noite de quarta-feira, em regime de urgência, o projeto de lei da Câmara que cria 269 varas da Justiça do Trabalho no país. O presidente do Senado, José Sarney, anunciou antes da votação que acordo das lideranças partidárias havia permitido que a proposta fosse incluída em pauta extraordinária da sessão. O projeto segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Com as novas varas, estamos dando a possibilidade de que a Justiça chegue mais próxima do cidadão, do trabalhador. A Justiça também tem o papel de recuperar recursos como, por exemplo, da Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que podem voltar aos cofres públicos – declarou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que relatou a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Conforme o projeto (PLC nº 63/03), a instalação das novas varas vai obedecer ao seguinte cronograma: 24 novas unidades em 2004, uma para cada região da Justiça do Trabalho;

A porta de entrada da Justiça trabalhista

As varas do Trabalho são a porta de entrada da Justiça trabalhista no Brasil. Elas recebem e julgam, em primeira instância, as ações impetradas por patrões e empregados. Além das varas, a Justiça trabalhista é formada pelos tribunais regionais e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por ser a primeira instância é que as varas desempenham um papel importante. Muitas das ações que chegam a elas são resolvidas lá mesmo, por meio de conciliações entre as partes promovidas pelos juízes. Em 2002, o número de processos recebidos pelas 1.109 varas do país foi o menor desde 1994.

Ano	Processos recebidos
1994	1,62
1995	1,83
1996	1,94
1997	1,98
1998	1,96
1999	1,88
2000	1,72
2001	1,74
2002	1,61

(em milhões de unidades)

Fonte: TST

38, em 2005; e, nos três anos seguintes, 69 unidades por ano, divididas pelas áreas de atuação dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho existentes em todo o país.

Ao defender a aprovação do



PODER Ana Júlia destaca que Justiça do Trabalho combate uso de mão-de-obra escrava no país

projeto, Ana Júlia ressaltou ainda que a Justiça do Trabalho tem o poder de reprimir o trabalho escravo, prática que, afirmou, ainda existe no país e, em especial, em seu estado.

– Iremos não apenas libertar os trabalhadores, mas tornar a impunidade uma página do passado, porque, se não tivermos a Justiça para apenar, com certeza estaremos apenas libertando, mas mantendo a impunidade no caso específico desse crime – afirmou.

De acordo com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), cada vara tem um superávit médio de R\$ 30 mil por mês. A Justiça do Trabalho arrecadou em 2001, com custas e contribuições previdenciárias, R\$ 747,4 milhões.

Plenário discute proposta para exame de vetos

O Congresso está prestes a imprimir ritmo mais célere à apreciação de matérias vetadas pelo presidente da República. Foi realizada ontem a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição que prevê a apreciação dos vetos presidenciais em reuniões separadas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Atualmente, a Constituição determina que os vetos sejam examinados em sessão conjunta das duas Casas do Congresso.

Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também destacaram a nova perspectiva aberta por essa proposta no processo legislativo (PEC nº 72/1999).

Para Simon, sem interferir no direito do presidente da República de vetar proposições legislativas, a PEC tem o mérito de restabelecer o poder do Congresso de dar a palavra final nesse processo. Como a proposta também prevê a obrigatoriedade de votação dos vetos presidenciais dentro de 30 dias em cada Casa, Simon adverte que, se esse prazo não for cumprido, o veto irá trancar a pauta de deliberações da respectiva Casa, a exemplo do que ocorre hoje com as medidas provisórias vencidas.

Ao discorrer sobre a proposição, Arthur Virgílio disse considerá-la "coberta de méritos" e classificou como competente o relatório de Jefferson Péres (PDT-AM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação da matéria em primeiro turno, informou o 2º vice-presidente do Senado Eduardo Siqueira Campos, deverá ocorrer oportunamente.

Outras deliberações

O Plenário do Senado procedeu ainda à quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 39/2001, que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União, e da PEC nº 7/2003, que propõe a flexibilização do monopólio estatal sobre a produção e utilização de radioisótopos de meia-vida curta (igual ou inferior a duas horas), empregados na área médica. Também transcorreu a primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 27/2003, que determina o início da votação de medidas provisórias de forma alternada na Câmara e no Senado.

Senadores querem Dia do Idoso em 27 de setembro

Projeto que institui o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado anualmente em 27 de setembro, foi aprovado ontem pelo Senado. A proposta da Câmara (PLC nº 131/01) estabelecia 1º de outubro, seguindo recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU), mas, no Senado, foi incluída emenda da Comissão de Educação (CE) alterando a data. Tradicionalmente, o idoso é homenageado no Brasil em 27 de setembro, sobretudo em Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

O parecer da Comissão de Educação assinala que as comemorações do Dia do Idoso começaram em São Paulo, sendo celebrado pela primeira vez por iniciativa do Lar de Idosos Luiz de Marillac, em 27 de setembro de 1963.

O projeto foi relatado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e na CE, pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Adiada mudança no Estatuto da Criança

Requerimento aprovado pelo Plenário, de autoria do líder do PT, senador Tião Viana (AC), retirou o caráter de urgência e adiou a votação do projeto que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar as penas nos casos de divulgação de imagens eróticas de crianças e adolescentes, além de criar novas tipificações, como a exploração de crianças pela Internet.

O projeto (PLS nº 135/1999), de autoria da senadora licenciada Marina Silva, depois de aprovado no Senado, recebeu substitutivo da Câmara. O substitutivo obteve parecer favorável do relator, Demostenes Torres (PFL-GO), que apresentou emendas supressivas. Em razão das modificações, Tião Viana sugeriu que Marina seja consultada.

O relator propôs a supressão de artigo que busca reduzir a exploração econômica de crianças e adolescentes na prática de crimes, principalmente no tráfico ilícito de entorpecentes.

REFORMAS

Romero Jucá deve entregar na próxima quarta-feira o relatório à Comissão de Justiça. Ele descarta incluir a Desvinculação de Receitas dos Estados, pedida por governadores

Relatório de Jucá manterá Cofins sobre importados

O relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), vai manter em seu relatório a cobrança da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados, ao contrário do que quer boa parte dos empresários que dependem de insumos importados, como a indústria automobilística. O senador anunciou também que não incluirá a Desvinculação de Receitas dos Estados (DRE), como querem os governadores e o PFL.

– A receita da Cofins sobre produtos importados está no Orçamento Geral da União para o ano que vem, e vai continuar – disse Jucá.

Até agora o senador mantém o prazo de quarta-feira próxima como o dia da apresentação de seu relatório para discussão

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Jucá recebeu ontem em seu gabinete o empresário Jorge Gerdau Johannpeter, coordenador da Ação Empresarial, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado federal Armando Monteiro (PTB-PE), que foram reivindicar novamente a desoneração dos bens de capital (máquinas e equipamentos para indústrias e agricultura, principalmente) e dos bens para exportação.

– Nenhum país do mundo exporta impostos. O uísque que se toma na Escócia é muito mais caro do que em qualquer *free shop* do mundo, porque o escocês paga imposto sobre o uísque, mas o produto exportado é isento – afirmou Gerdau.

Ele defendeu também que se inclua na Constituição a retirada

de impostos que incidem em cascata sobre os chamados bens de capital. O empresário classificou como "medieval" o sistema tributário brasileiro.

Tanto Gerdau quanto Monteiro têm certeza de que o Congresso Nacional irá além de uma simples prorrogação de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na reforma tributária.

– É apenas um começo, mas haverá avanços e, mais cedo ou mais tarde, adotaremos um Imposto sobre Valor Agregado que unifique e simplifique todo o sistema – disse Gerdau.

Monteiro advertiu que a criação de cinco alíquotas para a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não pode prejudicar estados que concedem isenção a determinados produtos.

Emendas de Hélio Costa beneficiam municípios

Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou emendas à reforma tributária com o objetivo de socorrer os pequenos municípios, que estão enfrentando dificuldades com a redução das parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Uma das emendas trata do aumento da parcela do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) destinada aos municípios, que passaria dos atuais 50% para 80% da arrecadação.

O senador explicou que não se trata de aumento do IPVA pago pelos contribuintes, mas de majoração da parcela destinada aos municípios, uma vez que são as prefeituras que se ocupam da manutenção das ruas e praças por onde transitam os veículos.

Hélio Costa propôs, ainda, que se isente as prefeituras do pagamento da contribuição do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), por entender que se trata de "uma esdrúxula figura



DIFICULDADES Hélio Costa propõe medidas de auxílio aos pequenos municípios

tributária", em que a União passa a exigir tributo dos entes federados sem qualquer contrapartida.

O senador propôs também aumentar o percentual de repartição do FPM dos atuais 22,5% para 27,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ele explicou que a União detém, hoje, 63% de todos os impostos arrecadados, destinando apenas 14% para os municípios.

Repasse de verbas para regiões preocupa Tourinho

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) manifestou sua preocupação com a proposta apresentada pelo governo de fixar um percentual sobre o Orçamento Geral da União para ser repassado aos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com o objetivo de reduzir os desequilíbrios regionais.

O senador disse ontem que, como não há histórico dos investimentos, existe o risco de o percentual ser inferior às verbas já destinadas às três regiões. Tourinho fez o alerta baseado em estudo que encomendou à Consultoria do Senado.

– Não sabemos efetivamente a quantidade dos recursos que estão sendo aplicados em cada região. Por isso fica difícil definir um percentual, qualquer que seja ele, pois não temos como comparar. Correríamos o risco de aceitar um valor que já venha sendo atingido hoje.

Autor de 34 emendas à proposta de reforma tributária, Tourinho justificou algumas das sugestões. Sobre uma delas



TEMOR Segundo Tourinho, Norte, Nordeste e Centro-Oeste podem perder recursos

– a de incluir na Constituição a obrigatoriedade de correção das tabelas do Imposto de Renda Pessoa Física –, ele explicou que a medida tem como objetivo proteger os assalariados.

Em aparte, Ana Júlia Carepa (PT-PA) concordou que seria fundamental haver informações históricas sobre a aplicação dos recursos do orçamento para que pudesse ser estabelecido um percentual justo para os repasses da União às regiões menos desenvolvidas.



APELO Lúcia Vânia acompanha deputados estaduais no encontro com o relator Romero Jucá

Lúcia Vânia defende agronegócios

Em nome da bancada do Centro-Oeste, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) levou um grupo de deputados estaduais ao relator da reforma tributária, senador Romero Jucá (PMDB-RR), para pedir cuidados especiais com o agronegócio da região. A senadora e os parlamentares temem que a unificação nacional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com a instituição de apenas cinco alíquotas, prejudique os principais produtos dos estados da região.

– O grande crescimento da

produção agropecuária de Goiás e do Centro-Oeste se deveu ao tratamento especial que os governos vêm dando à agricultura, ao chamado agronegócio. Não defendemos a guerra fiscal, mas há um grande número de produtos, inclusive da cesta básica, que são isentos de ICMS, ou têm alíquotas inferiores aos 4% previstos como alíquota mínima pela proposta de unificação – disse.

A senadora observou que até máquinas e tratores, bem como fertilizantes comprados em outros estados, recebem trata-

mento fiscal especial, boa parte deles sendo isentos.

Lúcia Vânia enfatizou que a exposição do presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Antônio de Salvo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na última sexta-feira, deixou claro o impacto da reforma tributária sobre produtos agrícolas.

– Se não houver mudanças, ou um tratamento especial para a agropecuária, haverá um brutal aumento de preços e toda a produção será comprometida – alertou a senadora.

REFORMAS

Jereissati anuncia substitutivo à proposta de mudança tributária aprovada pelos deputados. Carga dos impostos é debatida em seminário do BID. Servidores vão a Sarney em defesa de emenda de Paim



ACERTO Arthur Virgílio afirma que iniciativa vai à raiz do problema e reduz impostos

Virgílio defende o projeto de Jereissati

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), saudou a iniciativa do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) de oferecer substitutivo à proposta que altera o sistema tributário nacional. Além de considerar a proposição de Jereissati mais completa que a encaminhada pelo Executivo ao Congresso, observou que seu conteúdo supera os 16 pontos que, objeto de consenso entre as lideranças, deveriam constar de uma verdadeira reforma tributária.

Na opinião de Virgílio, uma verdadeira proposta de mudança tributária teria a missão de redimir a economia do país, estimulando a justiça fiscal e uma política de desenvolvimento regional capaz de reduzir discrepâncias socioeconômicas entre cidadãos e regiões do país. A iniciativa de Jereissati, segundo Virgílio, vai ao encontro desses pontos e além daqueles tidos como consensuais pelos líderes partidários.

Compromisso

Preocupado com as notícias de que o governo atropelaria as oposições, o líder do PSDB apelou ao relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romero Jucá, e ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), pela coerência na manutenção do compromisso firmado.

Segundo afirmou, o substitutivo de Jereissati vai à raiz do problema tributário brasileiro, prevendo a redução do número de impostos e a simplificação do sistema de arrecadação.

PSDB apresenta proposta global na próxima semana

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou que apresentará na próxima semana, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o projeto substitutivo do seu partido para a reforma tributária. O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), já recebeu 267 emendas ao texto aprovado na Câmara dos Deputados.

O substitutivo do PSDB, com as mudanças na estrutura de tributos do país divididas em três etapas, será submetido à discussão pública. A proposta está na Internet desde ontem à tarde.

– Pretendemos desenvolver uma série de discussões na sociedade, com associações empresariais, federações, sindicatos, bem como com os governadores, para que se possa aprimorar o projeto. Trata-se da primeira proposta global de reforma tributária profunda.

A alternativa que está sendo avaliada pelo PSDB, segundo Jereissati, é a de oferecer emenda supressiva para viabilizar a primeira etapa da proposta, em que são contempladas as prerogativas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Desvin-

culação de Receitas da União (DRU).

– O presidente Lula deu hoje uma visão bem clara disso, dizendo que quer aprovar o miolo da picanha, que é a DRU e a CPMF. Isso é o que interessa ao governo. Mas ao país interessa uma reforma de fato. O que estamos propondo é entregar o miolo da picanha à União sem esquecer o contribuinte, preparando o país para uma reforma de maior profundidade.

Mas o PSDB, conforme o senador, não abriria mão de aprovar este ano todas as etapas da sua proposta de emenda.



DISCUSSÃO Jereissati participa de seminário promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento

BID vê distorção na estrutura tributária

A reforma tributária pode melhorar a competitividade do Brasil, ajudando os seus parceiros no Mercosul, conforme avaliação feita ontem pelo relator da matéria, senador Romero Jucá, ao abrir seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no auditório do Interlegis.

Conforme um dos painéis apresentados no seminário, denominado “Reforma tributária e integração do Mercosul”, o Brasil possui estrutura tributária distorcida em relação a outras nações integrantes do Mercosul.

Segundo o mesmo painel, o Brasil tem tributos cumulativos e não adota um imposto sobre valor adicionado (IVA) nacional com poucas alíquotas, como o existente na Argentina, Paraguai e Uruguai. O encontro contou com a presença de Tas-

so Jereissati (PSDB-CE).

Os autores do trabalho sobre a tributação nos quatro países do bloco do Cone Sul e os consultores do BID Alberto Barreix e Luiz Villela destacaram a importância de o Brasil modernizar sua estrutura de tributos e aliviar a sua economia de uma das maiores cargas tributárias do planeta. Dentro do Mercosul, somente o Uruguai se aproxima do Brasil, com uma carga média equivalente a 28,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2000, enquanto a brasileira naquele mesmo ano foi de 32,6%.

Os dados oferecidos pelo BID demonstram que as economias dos dois países não têm capacidade para absorver a carga tributária atual e que obter um crescimento sustentado depende da sua redução.

A comparação da tributação

nas várias esferas de governo dos integrantes do Mercosul revela que o peso dos tributos federais é maior no Uruguai (15% do PIB) do que no Brasil (13,1%), na análise da carga média nos períodos 1990/1995 e 2000. Já os estados e municípios brasileiros (9,1% do PIB) tributam mais que qualquer província ou cidade dos seus vizinhos (2,9% na Argentina; 2,5% no Uruguai e 0,2% no Paraguai).

Após a apresentação do painel, o economista José Roberto Afonso, que participou da elaboração do substitutivo do PSDB, reconheceu que o Brasil tem um “grande dever de casa” a cumprir para conseguir se integrar ao Mercosul na parte tributária. O economista observou que o debate tributário no país ainda está preso a uma realidade passada.

Servidores reivindicam integralidade

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem representantes de entidades de funcionários públicos que defendem a aprovação, pelo Plenário, de mudanças no texto da proposta de reforma da Previdência Social. Os servidores estavam acompanhados pelo vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), autor de emenda que tem como objetivo garantir a paridade e a integralidade para os funcionários ativos, e que conta com 72 assinaturas de senadores. Sarney aconselhou as entidades a procurarem o relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), e o senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), órgão que examinará as emendas de Plenário. Paim explicou que sua proposta visa eliminar ambigüidade no texto aprovado pela Câmara.

– A paridade não está garantida, pois a redação que veio da Câmara dos Deputados ficou confusa. Minha emenda garante a paridade, assegurando aos servidores na ativa a paridade que foi dada aos inativos. Tenho certeza de que, se for aprovada no Senado, a Câmara não vai recuar. Tudo caminha para um grande entendimento, no qual a reforma voltaria à Câmara para aprovação rápida, mediante entendimento de todos os líderes, e promulgação ainda este ano – afirmou Paulo Paim.

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Pedro Delarue, disse que as entidades têm a esperança de demover o governo da intenção de aprovar no Senado, sem emendas, o texto que veio da Câmara. “Acredito que muita coisa vai mudar, porque o jogo só termina no final do segundo turno de votação, aqui no Plenário do Senado.”

REFORMAS



DECISÃO Senadores petistas se reuniram ontem para discutir a proposta de emenda constitucional "paralela" da Previdência

"Emenda paralela" terá apoio da bancada do PT

A bancada do PT no Senado decidiu ontem fechar questão a favor da "emenda paralela" da Previdência, em que foram colocadas as mudanças que o governo aceitou até agora na reforma previdenciária. Isso significa que os senadores do partido terão de votar a favor da "paralela", que já está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A emenda contém pelo menos quatro mudanças na reforma da Previdência.

A bancada petista se reuniu um dia depois do encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com líderes e vice-líderes do governo e aliados no Senado para discutir as reformas da Previdência e tributária. Conforme notícias dos jornais, o presidente afirmou que as reformas precisam ser votadas neste ano e pediu à base governista que enfrente a oposição no voto.

Na reunião da bancada do PT, os senadores Paulo Paim (RS) e Serys Slhessarenko (MT) pediram para continuar tentando convencer o governo sobre dois pontos da reforma – uma fase de transição para os atuais servidores (de forma a beneficiar quem é servidor há mais tempo) e paridade integral para quem já é funcionário público (garantindo, no ato da aposentadoria, os mesmos reajustes de quem está na ativa). Paim e Serys já haviam manifestado descontentamento com a "emenda paralela".

– O problema da transição, mesmo aquela que só beneficia quem está perto da aposentadoria, é o custo – segundo Tião Viana (AC), líder do PT e relator da reforma previdenciária. Segundo ele, "o Ministério da Previdência calcula que o governo perderá no mínimo R\$ 12 bilhões em 20 anos".

O líder petista disse que os presidentes do Senado e da Câmara se comprometeram com o governo a dar total prioridade à "emenda paralela", para que esteja votada em 70 dias. O senador José Agripino (RN), líder do PFL, partido de oposição, já manifestou receio de que a "paralela" fique parada em alguma comissão da Câmara, depois de votada e promulgada a reforma da Previdência.

Aliados

Tião Viana informou que as bancadas do PTB e do PL, partidos que integram o bloco do governo no Senado, também pretendem apoiar a "emenda paralela" e a reforma da Previdência. O PSB, quarto partido do bloco governista, ainda não se manifestou, conforme o líder petista.

O PMDB, que não integra o bloco governista mas é aliado do governo, também não decidiu se apoiará a "emenda paralela". A bancada peemedebista do Senado resolveu, no entanto, lutar por seis mudanças na reforma da Previdência, entre elas a fase de transição para os servidores atuais.

Aprovada a indicação de dois embaixadores

■ Comissão de Relações Exteriores aceitou os nomes para representarem o país na Tunísia e Marrocos

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, as indicações dos diplomatas Sérgio Barcellos Telles e Carlos Alberto Simas Magalhães para exercerem o cargo de embaixador na República da Tunísia e no Reino do Marrocos, respectivamente.

A Mensagem nº 192/2003, com o nome de Telles, recebeu parecer favorável do senador Augusto Botelho (PDT-RR). A de nº 200/2003, com a indica-

ção de Magalhães, foi relatada favoravelmente pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Ao ser sabatinado, Telles lembrou que a Tunísia, apesar de ser país muçulmano, é um Estado laico e por isso representa um poder moderador no mundo árabe. Magalhães falou da surpresa ao ser indicado para atuar no Marrocos, mas afirmou ter visto a nomeação como uma grande oportunidade. Ele manifestou sua intenção de explorar a possibilidade de ser firmado acordo de preferências fixas comerciais entre Brasil e Marrocos.

Os nomes de Telles e Magalhães, ambos ministros de primeira classe do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, serão submetidos agora ao Plenário.

Na mesma reunião, a comissão aprovou substitutivo do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ao projeto (PLS nº 3/2002) do então senador Moreira Mendes que permite a concessão de visto a estrangeiro portador de documento de viagem emitido por governo não reconhecido pelo Brasil, mas com o qual nosso país mantenha relações comerciais. O exemplo dessa situação, destacou Mestrinho, é Taiwan.

O substitutivo será examinado em turno suplementar na próxima reunião, explicou o presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), já que a matéria é terminativa, ou seja, só vai ao Plenário se houver recurso nesse sentido suscitado por, no mínimo, um décimo dos senadores.

Ana Júlia confia no fim da greve no BB

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) afirmou ontem que confia no "compromisso cívico" dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para acabarem com a greve por reajuste salarial. Segundo ela, pela primeira vez na história os bancários das duas instituições receberam uma proposta igual à dos bancos privados, garantindo reajuste de 12,6% e alguns benefícios. Para a senadora, os bancários mereciam reajuste maior, "mas esse é o limite possível para um país que está fazendo um duro ajuste fiscal".

Ana Júlia ressaltou que a greve coloca em questão a pesada herança de desigualdade recebida pelo governo Lula. Segundo dados divulgados pela Confederação Nacional dos Bancários (CNB), disse, enquanto de 1994 a agosto de 2002 os trabalhadores dos bancos privados receberam 95,41% de reajuste salarial, os funcionários do Banco do Brasil obtiveram ganhos de apenas 36,15% e os da Caixa, somente de 28,26%.

Nos últimos 15 anos, lembrou, não houve proposta economicamente tão importante quanto a oferecida agora pelas direções dos bancos e pelo governo federal, o que seria reconhecimento da defasagem salarial. Ela destacou que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre outubro de 2002 e outubro de 2003 chegou a 15%.

José Jorge propõe reforma administrativa

Ao registrar que dados levantados junto a órgãos de classe dos servidores públicos federais apontam que em 2002 quase a metade da força de trabalho dos ministérios em Brasília era terceirizada, o senador José Jorge (PFL-PE) defendeu a realização de uma reforma administrativa para profissionalizar e adequar o serviço público federal às necessidades do país.

– O total de terceirizados atingiria 300 mil contratados no ano passado. Estimativas dão conta que os gastos chegaram a R\$ 15,2 bilhões com esse pessoal em 2002. Há dados indicando que, em certos casos, os contratados por terceirização chegam a ganhar até seis vezes o que ganha o servidor concursado. Se os dados forem verdadeiros, temos um caso flagrante de malversação de dinheiro público.



PROPOSTA José Jorge defende a profissionalização dos servidores públicos



COMEMORAÇÃO Papaléo lembrou os 25 anos de pontificado do Papa

Papaléo homenageia João Paulo II

Ao homenagear o papa João Paulo II pelos 25 anos à frente da Igreja Católica, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) destacou fatos da vida do polonês Karol Wojtyła, eleito papa em 16 de outubro de 1978. Ele lembrou que o Papa, durante seu pontificado, enfrentou um mundo marcado por ódios, vinganças, guerras, barreiras sociais e ideológicas, corrupção, ateísmo, neopaganismo, fanatismo e perseguições religiosas.

Papaléo lembrou atentado que João Paulo II sofreu em 1981, quando o turco Ali Agca atirou nele em plena Praça São Pedro, no Vaticano. Papaléo lamentou que desde o episódio João Paulo, que tinha porte atlético, nunca recuperou a força e a disposição de antes. Desde então, disse, o Papa passou a envelhecer precocemente.

ALIMENTAÇÃO

Má distribuição de comida ainda é problema, diz Ideli

Em registro pelo transcurso do Dia Mundial da Alimentação, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) citou dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que mostram haver comida suficiente para todas as pessoas do mundo se houvesse distribuição equitativa.

– No entanto, somente na América Latina morrem anualmente de fome 400 mil crianças de até 5 anos – indignou-se a senadora.

De acordo com dados da FAO, seria possível fornecer 2.900 calorias por dia a todas as pessoas, no mundo inteiro, quando a necessidade mínima é de 2 mil calorias.

Para combater a má distribuição de alimentos, disse Ideli, a FAO trabalha segundo um eixo emergencial, para socorrer quem nem sequer tem forças para trabalhar, e um eixo estru-



PARTILHA Ideli Salvatti citou dados da FAO comprovando que há alimentos para todos

tural, para criar empregos.

Conforme a senadora, essa é exatamente a filosofia do programa Fome Zero, que já está socorrendo um milhão de famílias com o cartão-alimentação. Ela afirmou não ser ainda possível dissociar a erradicação da fome das ações de saúde, abastecimento de água, saneamento e geração de emprego.

Para Maria do Carmo, fome é grave problema social

Ao lembrar o Dia Mundial da Alimentação, comemorado ontem, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) chamou atenção para o problema da fome. Segundo ela, apesar da globalização, com o desenvolvimento agrícola e tecnológico, a falta de comida ainda é uma grave questão social, que atinge cerca de 23 milhões de pessoas no país.

– É como se dentro do Brasil tivesse uma Venezuela que não come. São cidadãos que não exercem a cidadania. A fome é a mais grave afronta à dignidade humana – afirmou.

Maria do Carmo criticou o programa Fome Zero, do governo federal. “Passados mais de



CRÍTICA Programa Fome Zero não passa de um plano tímido, segundo Maria do Carmo

dez meses do início da administração petista, o que deveria ser uma grande bandeira ainda não passa de um tímido plano de poucos resultados.”

Heloísa critica redução do orçamento para a saúde

■ Gastos com o setor não podem incluir os recursos destinados ao combate à pobreza, afirma

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu o cumprimento pelo governo da legislação que obriga a aplicação de um percentual mínimo do Orçamento em saúde. Ela criticou a decisão do Executivo de considerar despesas em saúde os gastos com o Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, no valor de R\$ 3,57 bilhões. A quantia representa 11% do total que o governo deveria gastar no setor.

Heloísa criticou as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, quarta-feira, em encontro com senadores no Palácio do Planalto, rotulou de



RESPOSTA Heloísa Helena lembrou que não é “lobista de hospital nem gigolô do FMI”

“lobistas dos interesses dos hospitais” os defensores da destinação orçamentária original dos recursos.

– Não sou lobista de hospital, nem gigolô do Fundo Monetário Internacional, nem parasita do Banco Mundial – disse a senadora.

Ela justificou a manutenção

dos recursos na área da saúde com o argumento de que estudos técnicos indicam a mudança do perfil de doenças, causadoras ou não de morte, no Brasil. A senadora entende que, para Lula, investir no combate à pobreza é investir na saúde, já que a maior parte das doenças seria causada pela fome e falta de saneamento.

Heloísa observou, no entanto, que os brasileiros, principalmente os pobres, são atingidos tanto pelas doenças típicas da pobreza quanto por aquelas que vitimam as populações dos países desenvolvidos, como as cardíacas e crônico-degenerativas e os danos da violência.

A senadora condenou a política fiscal do governo, que na busca de superávits no Orçamento “para agradar aos investidores e organismos internacionais como o FMI” estaria privando o povo de investimentos sociais.

Setor vai receber menos do que determina a lei, segundo Azeredo

O Senado precisa se posicionar a respeito do orçamento que o governo está reservando para a área da saúde, antes que os hospitais públicos entrem em colapso, afirmou ontem o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). De acordo com o senador, o governo estaria utilizando R\$ 3,57 bilhões do Fundo de Combate e Erradicação à Pobreza para completar o valor que, por lei, é obrigado a gastar em saúde.

A medida, que vem provocando protestos da Frente Parlamentar da Saúde, retiraria 11% dos recursos da saúde, observou o parlamentar. Ele disse que, por mais que considere importante o Fundo de



CORTE Eduardo Azeredo diz que governo quer reduzir 11% dos recursos para a saúde

Combate à Pobreza, é temerário retirar recursos da saúde. Eduardo Azeredo informou que somente em Belo Horizonte dois hospitais já foram fecha-

dos por falta de verbas.

E lamentou também declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em reunião com a Frente Parlamentar da Saúde, quarta-feira, disse haver lobistas na bancada da saúde. A afirmação, segundo a imprensa, teria causado constrangimentos. O senador disse reconhecer que o presidente é bem intencionado, mas “não pode desqualificar” sem motivo outras pessoas.

– Eu peço ao governo que respeite o Senado, os senadores e todos os que estão lutando para manter os recursos da saúde. Quem está nessa luta sabe que a saúde no Brasil está na UTI – finalizou Eduardo Azeredo.



Mão Santa pede que governo não feche maternidade

O senador Mão Santa (PMDB-PI) pediu ao governo federal que não encerre as atividades da Maternidade Evangelina Rosa, de Teresina. Ele informou que o fechamento da instituição hospitalar teria sido a solução encontrada pelo Ministério da Saúde para poder disponibilizar R\$ 60 mil men-

sais para o hospital da Universidade Federal do Piauí, cuja construção foi iniciada há 14 anos e nunca funcionou por falta de recursos.

– Não sei quem deu essa sugestão de fechar uma maternidade padrão do Nordeste, que até recebeu o título de Hospital Amigo da Criança, concedi-

do pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância [Unicef] e pela Organização Mundial de Saúde [OMS]. Espero que o governo não feche essa maternidade tradicional, em que nasceram milhares de crianças piauienses.

Para Mão Santa, a decisão do governo de encerrar as ativida-

des da maternidade, para poder abrir o hospital universitário, significa “dar com uma mão e esconder com a outra”. Ele também criticou a intenção do governo de desvincular recursos orçamentários para a saúde, e considerou *marketing* a implantação do programa Fome Zero em Guaribas (PI).

Capiberibe adverte para riscos da soja transgênica

Além da ameaça à biodiversidade, Brasil poderá perder mercados importantes, como o europeu

Chamando a atenção para os pesados interesses econômicos estrangeiros envolvidos na campanha a favor do plantio de vegetais transgênicos no Brasil, o senador João Capiberibe (PSB-AP) recomendou ontem em Plenário maiores estudos antes que esse tipo de agricultura seja autorizado.

– O que está em questão, no Brasil, são US\$ 100 milhões anuais, aproximadamente, a título de patente, que a multinacional Monsanto pretende faturar – alertou.

O senador explicou que a maioria dos especialistas no assunto considera o plantio de transgênicos em larga escala



PATENTE Capiberibe diz que Monsanto pretende faturar US\$ 100 milhões anuais no país

(fora dos campos de pesquisa) um risco para a biodiversidade e à saúde humana. Os principais produtos geneticamente modificados são a soja, o algodão, a canola e o milho.

– A pesquisa científica é fundamental e ninguém em sã consciência pode pregar contra o avanço do conhecimento, mas se amanhã a poluição ge-

nética for nociva ao meio ambiente e ao homem, não haverá como voltar atrás – advertiu.

Além dos riscos ambientais, o senador tratou dos problemas econômicos prováveis em decorrência da opção pela transgenia – a começar pelos custos para os agricultores, que terão de pagar pelo direito de patente das novas sementes. Hoje há, inclusive, muitos registros de contrabando de sementes da Argentina.

O país corre o perigo de perder mercados importantes para produtos como a soja convencional, a preferida entre os consumidores europeus, os maiores compradores do Brasil. As exportações de soja do Rio Grande do Sul para a União Européia, por exemplo, chegaram a 2 milhões de toneladas, mas hoje caíram a zero em razão das plantações de transgênicos no estado. A demanda européia é agora atendida pelo Paraná e por Mato Grosso.

Maguito defende leite na merenda

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a inclusão do leite na merenda escolar, por entender que ele é um dos alimentos mais completos que existem, com alto teor de nutrientes, como proteínas, cálcio, aminoácidos e outras substâncias indispensáveis para o crescimento e a boa saúde de crianças e adolescentes.

Maguito reivindicou a aprovação do Projeto de Lei nº 41/2003, do senador Hélio Costa (PMDB-MG), exigindo a inclusão do leite fluido e pasteurizado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que atende hoje a 37 milhões de alunos matriculados no en-



NUTRIÇÃO Maguito afirma que leite é um dos alimentos mais completos que existem

sino pré-escolar e fundamental de escolas públicas e filantrópicas.

Segundo o senador por Goiás, além de contribuir para

uma alimentação mais saudável para as crianças, a inclusão do leite na merenda escolar contribuirá para alavancar a pecuária leiteira, que é praticada em mais de um milhão de propriedades rurais, ocupando 3,6 milhões de pessoas.

Maguito citou dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) afirmando que uma elevação na demanda final de produtos lácteos em R\$ 1 milhão gera, anualmente, 195 novos empregos permanentes. Suplanta, portanto, disse o senador, setores industriais como o automobilístico, o siderúrgico, o têxtil ou a construção civil.



MOBILIZAÇÃO Estudantes e líderes comunitários disseram a Sarney que estão protestando há mais de 30 dias

Sarney recebe manifesto contra tarifa de ônibus

Estudantes e lideranças comunitárias de Salvador (BA) foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem entregaram documento com 18 mil assinaturas de pessoas contrárias aos aumentos das tarifas de transporte coletivo. Sarney prometeu levar o assunto ao governo federal e lembrou que, quando presidente da República, foi criado o vale-transporte, destinado a facilitar a vida dos trabalhadores.

O encontro com o presidente do Senado foi definido pelos estudantes e lideranças como histórico. Eles disseram a Sarney que estão mobilizados há mais de 30 dias, protestando nas ruas e praças de Salvador contra o aumento de tarifas, que inviabiliza a vida do cidadão comum.

Cristiano Lima, presidente da União dos Estudantes do Brasil, Cristiano Santos, líder comunitário, e Márcio Milton, líder estudantil, falaram em nome de todos os outros. E afirmaram que, com esse movimento, estão demonstrando, “cheios de esperança, que os estudantes baianos hoje fazem acontecer, não esperam”.

Disseram também esperar a unificação de forças de todas as Casas legislativas do país em

favor da redução das tarifas, assinalando que o alto preço dos transportes coletivos transformou 50 milhões de brasileiros em andarilhos. E defenderam a tese de que o problema pode ser resolvido mediante a concessão de subsídio governamental.

Compromissos

Acompanhado dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Magno Malta (PL-ES), Sarney visitou ontem exposição de artes plásticas instalada no Salão Negro do Congresso Nacional.

Com o nome de “Recortes da Ilha do Mel”, a exposição contém trabalhos de Kátia Malta, Cristina Rezende, Laerty Tavares, Lana e Rosita Schaeffer.

O presidente do Senado também concedeu audiência ao diretor-geral adjunto da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), Roberto Castelo Branco.

Pesca

O ministro especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, visitou Sarney, a quem expôs o trabalho que vem realizando para desenvolver essas atividades no Brasil. José Fritsch ainda falou sobre o projeto de Código Nacional de Pesca, sujeito atualmente ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Garibaldi protesta contra limitação à pesca de atum

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) protestou contra edital da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca limitando em 35 o número de embarcações de pesca de atum passíveis de serem arrendadas em todo o país. Segundo ele, somente no seu estado, o Rio

Grande do Norte, a necessidade imediata é de 60 barcos arrendados para garantir trabalho para os pescadores cadastrados.

Garibaldi já pediu audiência ao ministro José Fritsch para explicar os motivos que o levaram a reivindicar mudanças no

edital. Para ele, se a medida tivesse sido tomada para proteger a utilização dos barcos nacionais, tudo bem, mas “a verdade é que não temos barcos pesqueiros adequados para pesca oceânica”.

O senador estranhou que uma secretaria criada para pro-

teger o setor esteja adotando medida que vai prejudicar os pescadores. Garibaldi lembrou haver grande número de pescadores que somente podem trabalhar se arrendarem barcos estrangeiros ou estabelecerem empresas mistas, geralmente com espanhóis.



TRABALHO Garibaldi sustenta que Rio Grande do Norte necessita de 60 barcos

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Maguito Vilela, Sérgio Zambiasi e Duciomar Costa